



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2007

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Tarcísio José Massote de Godoy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Jorge Khalil Miski

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 1, janeiro 2007. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2007 foi superávitário em R\$ 11,8 bilhões, contra R\$ 4,0 bilhões em janeiro de 2006. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 15,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,7 bilhões e R\$ 125,4 milhões, respectivamente. A melhora no resultado do Governo Central no mês em análise, *vis-à-vis* igual período do ano anterior, está associada, em boa medida, à ocorrência, naquele ano, de dois fatores atípicos principais sem correspondência em 2007. Primeiro, as contas da Previdência em janeiro de 2006 foram deficitárias em R\$ 4,8 bilhões, R\$ 1,1 bilhão acima do observado no mês em análise, devido à concentração do pagamento de precatórios de benefícios. Segundo, houve, naquele mês, o registro de despesas do Tesouro com a capitalização da Emgea em R\$ 1,5 bilhão. Além disso, em janeiro deste ano, as receitas apresentaram comportamento relativamente mais dinâmico do que a execução das demais despesas, mesmo quando excluídos os efeitos atípicos supracitados. Destaque para o comportamento das despesas de pessoal, também devido ao pagamento de precatórios em menor magnitude do que o observado no ano anterior.

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2007 foi de R\$ 11,8 bilhões (6,68% do PIB mensal), refletindo o comportamento mais dinâmico das receitas vis-à-vis as despesas.

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões		
	DEZ		JAN
	2006	2006	2007
I. RECEITA TOTAL	57.611,4	45.552,7	52.057,0
I.1. Receitas do Tesouro	40.036,7	37.276,2	42.522,7
I.1.1. Receita Bruta (1)	41.965,5	37.702,7	43.082,3
I.1.2. (-) Restituições	-1.928,8	-426,6	-559,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	17.391,1	8.203,7	9.477,2
I.3. Receitas do Banco Central	183,6	72,8	57,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.285,7	8.434,3	8.133,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	48.325,7	37.118,4	43.923,5
IV. DESPESA TOTAL	53.920,3	33.097,3	32.158,7
IV.1. Despesas do Tesouro	34.253,7	19.960,4	18.803,0
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	12.984,7	10.023,7	10.223,0
IV.1.2. Custeio e Capital	21.157,3	9.935,2	8.586,7
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.807,6	950,9	851,1
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	3.630,0	2.199,6	316,0
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.037,2	850,9	1.052,8
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.682,5	5.933,9	6.366,8
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	111,8	1,5	-6,7
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	19.446,0	13.047,8	13.173,2
IV.3. Despesas do Banco Central	220,7	89,0	182,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-5.594,6	4.021,1	11.764,9
V.1. Tesouro Nacional	-3.502,7	8.881,4	15.586,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.054,9	-4.844,1	-3.696,0
V.3. Banco Central (4)	-37,0	-16,3	-125,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB		2,45%	6,68%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	14,3%
Tesouro	14,1%
Previdência	15,5%
Transferências	-3,6%
Receita Líquida	18,3%
Despesas	-2,8%
Benefícios	1,0%
Pessoal	2,0%
Custeio e Capital	-13,6%
PIB estimado	7,3%

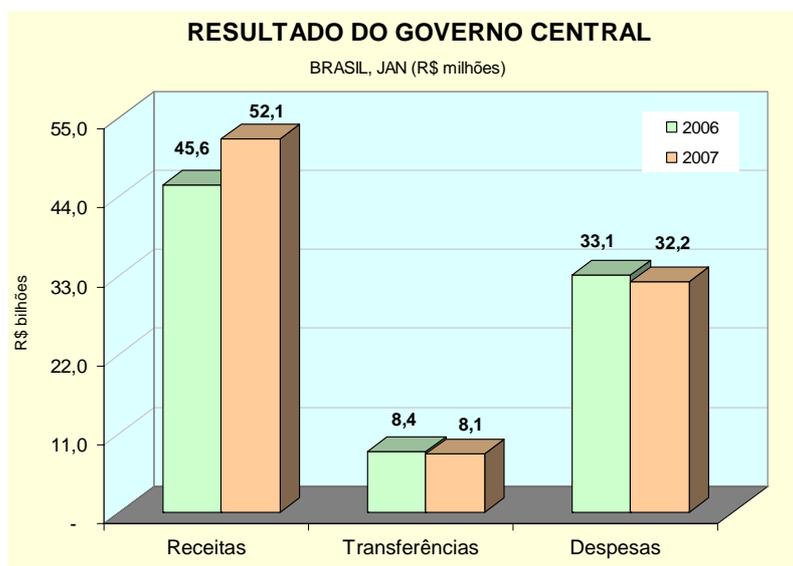
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	45.552,7	52.057,0
Transferências	8.434,3	8.133,4
Receita Líquida	37.118,4	43.923,5
Despesa Total	33.097,3	32.158,7
Resultado Primário	4.021,1	11.764,9

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	8.881,4	15.586,2
Previdência Social	-4.844,1	-3.696,0
Banco Central	-16,3	-125,4
Governo Central	4.021,1	11.764,9

As receitas do Tesouro Nacional cresceram acima das expectativas de desempenho da economia e evolução dos níveis de preços, considerando que medidas adicionais de desoneração tributária foram adotadas após janeiro de 2006. Com efeito, a receita bruta cresceu R\$ 5,4 bilhões (14,3%), quando comparado a janeiro de 2006, passando de R\$ 37,7 bilhões para R\$ 43,1 bilhões. Em especial, destaca-se o comportamento do IRPJ e da CSLL, devido à antecipação de pagamentos relativos à declaração de ajuste em volume superior ao de igual mês do ano anterior, e à recuperação de débitos em atraso. Além disso, os dividendos pagos à União dobraram em relação a janeiro de 2006, de R\$ 717,2 milhões para R\$ 1,4 bilhão, em decorrência do recolhimento pela Petrobras.

Ainda em relação a janeiro de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram redução de 3,6% (R\$ 300,8 milhões) em termos nominais, principalmente devido ao repasse de R\$ 447,2 milhões a título de compensação ou auxílio aos estados exportadores, ocorrido naquele mês, sem correspondência em janeiro deste ano. As transferências constitucionais (FPE e FPM) mantiveram-se praticamente estáveis (redução de 0,6%) e as outras transferências (salário educação, CIDE-combustíveis e cota-parte de compensações financeiras), apresentaram, em conjunto, crescimento de 11,9%.

O comportamento da receita em janeiro de 2007, além de fatores atípicos ocorridos nas contas da Previdência Social e despesas com a capitalização da Emgea em janeiro de 2006, explicam a melhora no resultado primário do Governo Central.



As despesas do Tesouro Nacional diminuíram 5,8% em termos nominais relativamente às verificadas em janeiro de 2006, em decorrência da concentração do pagamento de precatórios de pessoal e da capitalização da Emgea, o-

corridos naquele mês, sem correspondência no primeiro mês de 2007. Além disso, as despesas de custeio e capital apresentaram dinâmica de execução relativamente baixa: desconsiderando o efeito da capitalização da Emgea, houve crescimento de apenas 1,8% em relação a janeiro de 2006, com destaque para as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que caíram 10,5% em termos nominais. O item “outras despesas de custeio e capital”, por sua vez, cresceu apenas 7,3%, em linha com o crescimento estimado para o PIB. Por outro lado, as despesas assistenciais com LOAS e RMV cresceram 23,7%, acompanhando o crescimento do salário mínimo em termos reais e o ajuste dos parâmetros de admissão de beneficiados (e.g., redução de idade e regras mínimas para percepção do benefício).

Por fim, a redução do déficit da Previdência Social relativamente à mesma base de comparação de 2006 deve-se em parte à excepcional concentração de despesas com o pagamento de precatórios judiciais naquele ano, atingindo o montante de R\$ 1,5 bilhão, enquanto em janeiro de 2007 tais gastos perfizeram somente R\$ 167,4 milhões. Por outro lado, a arrecadação líquida apresentou aumento de 15,5%, especialmente deido às contribuições previdenciárias, que passaram de R\$ 8,7 bilhões para 10,0 bilhões (elevação de 14,5%), na esteira da elevação da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Ademais, foi relevante o comportamento do emprego no setor formal. Conforme dados do Caged, houve a geração de 1,229 milhão novos empregos entre janeiro e dezembro de 2006.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 43,1 bilhões em janeiro, sendo R\$ 1,1 bilhão (2,7%) superior ao montante verificado no mês anterior (R\$ 42,0 bilhões). Não obstante a redução na arrecadação de impostos (R\$ 4,2 bilhões), observou-se acréscimo na arrecadação de contribuições (R\$ 1,6 bilhão) e também das demais receitas (R\$ 3,7 bilhões).

A queda de 19,5% nos ingressos decorrentes de impostos deveu-se aos seguintes fatores sazonais, concentrados no mês de dezembro: i) recolhimento semestral do IRRF-Rendimentos do Capital relativo a aplicações financeiras em fundos de investimento; e ii) tributação do 13º salário e da alteração do prazo de recolhimento do tributo, conforme Lei nº 11.196/05. Adicionalmente, houve uma concentração da arrecadação do IRRF-Remessas para o Exterior no mês anterior.

As contribuições foram positivamente influenciadas pelo pagamento da primeira cota ou cota única da CSLL relativa ao resultado apurado no último

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	8.203,7	9.477,2	15,5%
Benefícios	13.047,8	13.173,2	1,0%
Resultado Primário	-4.844,1	-3.696,0	-23,7%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2006-2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/06	JAN/07
Impostos	21.243,4	17.091,3
Imposto de Renda	16.906,7	13.106,7
IPI	2.773,0	2.461,6
Outros	1.563,7	1.523,1
Contribuições	17.545,9	19.122,0
Cofins	8.451,2	8.527,1
CPMF	3.286,5	2.912,4
CSLL	1.870,7	3.488,8
Cide - Combustíveis	665,8	687,3
Outras	3.271,7	3.506,4
Demais	3.176,2	6.869,0
Cota parte	759,8	2.677,7
Diretamente Arrecadada	1.235,2	1.600,3
Dividendos da União	60,9	1.416,1
Outras	1.120,3	1.174,9
Total Bruto	41.965,5	43.082,3

1) Os valores referentes à retenção na fonte e rells foram distribuídos nos respectivos tributos.

trimestre do ano anterior. A arrecadação referente a essa contribuição alcançou o volume de R\$ 1,6 bilhão, 86,5% superior à registrada no mês de dezembro.

Dentre as demais receitas, destaca-se a cota-parte de royalties relativos à extração de petróleo e gás natural, que totalizou R\$ 2,7 bilhões em janeiro frente a R\$ 759,8 milhões em dezembro e a receita de R\$ 1,4 bilhão com o pagamento de juros sobre o capital próprio de empresa na qual a União possui participação acionária. A elevação de R\$ 1,9 bilhão na cota-parte (252,4%) deve-se à sazonalidade do recolhimento da participação especial da cota-parte, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao do fato gerador.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 5,4 bilhões (14,3%) quando comparada à de janeiro de 2006, passando de R\$ 37,7 bilhões para R\$ 43,1 bilhões. O conjunto das receitas apresentou crescimento, particularmente expressivo nos impostos (17,4%) e nas demais receitas (16,3%).

No caso dos impostos, deve-se destacar o crescimento observado na arrecadação relativa ao IR sobre ganhos de capital, rendimentos do trabalho, remessas ao exterior e maior antecipação de pagamentos relativos à declaração de ajuste do IRPJ. Adicionalmente, o crescimento nominal de 17,4% foi positivamente influenciado pela arrecadação do imposto de importação e do IPI vinculado às importações, resultado, entre outros fatores, da elevação de 31,8% no valor em dólar das importações tributadas. As contribuições apresentaram variação positiva de R\$ 1,9 bilhão (10,9%). Destaca-se a antecipação de pagamentos relativos à declaração de ajuste anual da CSLL, com impacto positivo de R\$ 215 milhões.

As demais receitas apresentaram incremento de R\$ 963,8 milhões em função, principalmente, de um fator atípico: o pagamento de juros sobre o capital próprio da ordem de R\$ 1,4 bilhão em janeiro. O pagamento se restringiu a uma única empresa, Petrobras, e foi R\$ 706,9 milhões superior ao montante pago a título de dividendos no mesmo período do ano anterior (R\$ 708,5 milhões). Por outro lado, a diminuição da receita auferida com concessões (R\$ 161,3 milhões ante R\$ 694,2 milhões em janeiro de 2006) foi contrabalanceada por uma arrecadação superior das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos públicos federais. Estas apresentaram crescimento percentual de dois dígitos, passando de R\$ 1,3 bilhão em janeiro de 2006 para R\$ 1,6 bilhão em janeiro de 2007.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Impostos	14.559,7	17.091,3
Imposto de Renda	10.965,7	13.106,7
IPI	2.266,9	2.461,6
Outros	1.327,1	1.523,1
Contribuições	17.237,8	19.122,0
Cofins	8.085,6	8.527,1
CPMF	2.407,3	2.912,4
CSLL	3.059,8	3.488,8
Cide - Combustíveis	627,2	687,3
Outras	3.057,8	3.506,4
Demais	5.905,2	6.869,0
Cota parte	2.507,3	2.677,7
Diretamente Arrecadada	1.290,6	1.600,3
Dividendos da União	717,2	1.416,1
Outras	1.390,2	1.174,9
Total Bruto	37.702,7	43.082,3

Em janeiro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 8,1 bilhões, contra R\$ 9,3 bilhões em dezembro, apresentando redução de R\$ 1,2 bilhão. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 6,4 bilhões, decréscimo de R\$ 878,3 milhões (12,1%) frente a dezembro, reflexo da evolução da arrecadação nos decêndios durante os quais se compõe a base de cálculo das transferências do FPE e do FPM (de R\$ 15,8 bilhões em dezembro). Ao contrário do ocorrido em dezembro, praticamente não ocorreram transferências relativas à Lei Complementar nº 115, de 2002, e à MP nº 328/2006. O volume de auxílio financeiro aos estados exportadores foi da ordem de R\$ 3,9 milhões em comparação a R\$ 1,1 bilhão no mês anterior. Deve-se destacar que o Orçamento Geral da União contempla, para 2007, um valor total de R\$ 3,9 bilhões a esse título, estando a sistemática de transferência em fase de regulamentação. Parte dessas transferências (R\$ 975,0 milhões) foi regulamentada pela MP nº 355/2007, que explicita um valor de R\$ 650,0 milhões para entrega a estados e municípios no mês de fevereiro e de R\$ 325,0 milhões em março. Por outro lado, as transferências referentes à CIDE-combustíveis totalizaram R\$ 479,1 milhões, sem contrapartida no mês anterior.

Em relação a janeiro de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram redução de 3,6% (R\$ 300,8 milhões). Foram repassados R\$ 8,1 bilhões em janeiro de 2007 contra R\$ 8,4 bilhões no mesmo período do ano anterior. Tal decréscimo pode ser explicado pela inexistência de repasses a título de compensação ou auxílio aos estados exportadores. As transferências para o FPE e para o FPM mantiveram-se praticamente estáveis (redução de 0,6%) e as outras transferências apresentaram crescimento, a saber: i) aumento de R\$ 7,3% nas transferências referentes à CIDE-combustíveis; e ii) elevação de 13,8% nas demais transferências, reflexo do incremento nos repasses referentes ao salário-educação (R\$ 663,7 milhões em janeiro de 2007 ante R\$ 544,1 milhões em janeiro de 2006).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 18,9 bilhões em janeiro, contra R\$ 34,2 bilhões no mês anterior. A redução de R\$ 15,4 bilhões (44,9%) é essencialmente sazonal e está concentrada nas despesas com pessoal e encargos (R\$ 2,8 bilhões) e custeio e capital (R\$ 12,6 bilhões), cujo valor passou de R\$ 21,1 bilhões em dezembro para R\$ 8,6 bilhões em janeiro.

As despesas de pessoal e encargos sociais passaram de R\$ 13,0 bilhões em dezembro para R\$ 10,2 bilhões em janeiro. A variação de 21,3% é explicada pela concentração dos pagamentos relativos às férias dos servidores em dezem-

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/06	JAN/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	7.277,9	6.399,7
CIDE-Combustíveis	-	479,1
Lei Complementar nº 115/2002 /1	1.133,6	3,9
Demais	874,2	1.250,8
Total	9.285,7	8.133,4

/1 Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	DEZ/06	JAN/07
Terceiro Decênio	5.911,3	8.040,1
Primeiro Decênio	5.659,6	3.637,2
Segundo Decênio	4.182,6	2.338,7
Total	15.753,5	14.015,9

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	6.441,0	6.399,7
CIDE - Combustíveis	446,6	479,1
Lei Complementar nº 115/2002 /1	447,2	3,9
Demais	1.099,4	1.250,8
Total	8.434,3	8.133,4

/1 Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/06	JAN/07
Pessoal e Encargos	12.984,7	10.223,0
Custeio e Capital	21.157,3	8.586,7
Despesas do FAT	1.807,6	851,1
Subsídios e Subvenções /1	3.630,0	316,0
LOAS/RMV	1037,2	1052,8
Outras	14.682,5	6.366,8
Transferência ao Bacen	111,8	-6,7

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

bro, assim como pelo pagamento do 13º salário do funcionalismo público do Poder Executivo naquele mês, sem equivalente em janeiro de 2007.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	DEZ/06	JAN/07
Agricultura	1.280,7	187,4
Custeio Agropecuário	181,3	0,8
Investimento Rural	56,6	4,7
Preços Agrícolas	75,8	162,8
- EGF	0,7	-
- AGF	(113,2)	12,8
- Sustentação de preços	188,2	150,0
Pronaf	362,7	17,0
Pesa	138,1	2,2
Cacau	0,0	-
Fundo da Terra/Incra	554,7	23,6
Outras áreas	2.172,9	(54,0)
Habituação (PSH)	-	-
Exportação (Proex)	274,0	(36,0)
FND (BNDES)	1.344,2	(41,6)
Total	3.453,6	133,4

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

A redução de R\$ 12,6 bilhões (59,4%) nos gastos com custeio e capital se explica pela sazonalidade de despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, que totalizaram R\$ 316,0 milhões em janeiro de 2007, frente a R\$ 5,1 bilhões em dezembro de 2006, bem como com os demais gastos de custeio e capital, que perfizeram R\$ R\$ 6,4 bilhões frente a R\$ 14,7 bilhões no mês anterior. No caso dos gastos com subsídios, subvenções e reordenamento de passivos, a variação pode ser explicada, em especial, pelas despesas do mês de dezembro associadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) para aplicação em financiamentos nas áreas de insumos básicos e bens de consumo, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº 2.288/86, no montante de R\$ 1,3 bilhão; ao Programa de Incentivo à Exportação - Proex (redução de R\$ 274,0 milhões); e despesas de equalização relativas ao aumento da demanda de desembolso líquido para programas de apoio à agricultura. Devido ao calendário agrícola, com grande incidência de gastos em dezembro, houve também redução de despesas de R\$ 345,6 milhões no âmbito das despesas do Pronaf; de R\$ 135,9 milhões nos gastos do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA); de R\$ 125,9 milhões nas despesas líquidas do Programa Aquisição do Governo Federal (AGF); e de R\$ 180,5 milhões no custeio agropecuário.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/06	JAN/07
Sentenças Judiciais	16,1	15,7
Legislativo/Judiciário	582,2	402,5
Crédito Extraordinário	1.482,4	511,9
Projeto Piloto de Investimento ³	508,9	171,0
Outras Obrigatórias ¹	389,3	34,5
Discionárias ²	11.703,6	5.231,2
d/q Min. da Defesa	1.636,4	182,4
Min. Saúde	3.615,6	2.736,1
Min. da Educação	1.167,4	647,8
Min. dos Transportes	589,5	162,8
Min. do Des. Social	1.178,5	538,6
Min. das Cidades	384,0	44,1
Min. da Ciência e Tecnologia	582,7	155,1
Min. da Integração Nacional	237,9	102,2
Min. do Turismo	219,7	44,5
Demais	2.091,9	617,7
Total	14.682,5	6.366,8

/1 Inclui dotações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.

/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 851,1 milhões, frente a R\$ 1,8 bilhão em dezembro, registrando decréscimo de R\$ 956,5 milhões (52,9%). Os gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) mantiveram-se no mesmo patamar de dezembro, no valor de R\$ 1,1 bilhão (variação de apenas 1,5%).

Em janeiro de 2007, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 1,1 bilhão em relação a 2006 (5,5%). Destaca-se o decréscimo de R\$ 1,3 bilhão (13,6%) nos gastos com custeio e capital, associado a despesas de subsídios, subvenções e reordenamento de passivos, cuja redução foi no valor de R\$ 1,9 bilhão. Despesas continuadas como a da LOAS subiram 23,7%. As despesas com o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (seguro-desemprego, abono salarial e outras) se reduziram de R\$ 99,7 milhões (10,5%) em relação ao mesmo mês em 2006. O crescimento das outras despesas de capital foi de 7,3%, sendo principalmente localizada no âmbito do Ministério da Educação. Também

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Pessoal e Encargos	10.023,7	10.223,0
Custeio e Capital	9.935,2	8.586,7
Despesas do FAT	950,9	851,1
Subsídios e Subvenções /1	2.199,6	316,0
LOAS/RMV	850,9	1.052,8
Outras	5.933,9	6.366,8
Transferência ao Bacen	1,5	60,8

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

se observou maior execução de créditos extraordinários em janeiro: R\$ 511,9 milhões, frente a R\$ 107,4 milhões no mesmo período de 2006.

A ligeira elevação das despesas com pessoal e encargos sociais incorpora o pagamento da correção das tabelas dos Poderes e, especialmente, parte da reestruturação das carreiras do legislativo e judiciário, cujo reflexo financeiro ocorre a partir de janeiro desse ano. Além disso, contribuíram para o incremento das despesas o reajuste diferenciado concedido a algumas carreiras estratégicas do setor público ao longo do ano de 2006. Por outro lado, deve-se registrar que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais ocorrido em janeiro deste ano atingiu apenas R\$ 62,8 milhões, frente a R\$ 806,9 milhões em janeiro de 2006.

No gastos de custeio e capital, a redução de R\$ 1,3 bilhão (13,6%) decorreu de menor dispêndio nas despesas do FAT e da significativa queda nos gastos de subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, no valor de R\$ 1,9 bilhão (diminuição de 85,6%). Tal redução decorreu da capitalização da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) verificada em janeiro de 2006 no montante de R\$ 1,5 bilhão, sem correspondente em 2007. Houve, também, redução de R\$ 292,8 milhões (61,6%) nos gastos com subvenções aos fundos regionais, cuja despesa em janeiro de 2006 refletiu, de forma expressiva, o ajuste no critério de provisionamento que passou a seguir as regras da Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999.

No caso das despesas com o FAT, estas passaram de R\$ 950,9 milhões em janeiro de 2006 para R\$ 851,1 milhões em janeiro de 2007 (10,5% de redução). Isso se explica pela diminuição de 9,1% nos gastos com abono e seguro-desemprego devido à menor demanda pelo benefício.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) elevaram-se em R\$ 201,9 milhões, o que corresponde a um aumento de 23,7% em relação a janeiro de 2006. Essa despesa obrigatória de caráter assistencialista vem crescendo (p.ex. 8% em relação a janeiro de 2006) em função do impacto do reajuste do salário mínimo acima da inflação.

Os demais gastos de custeio e capital passaram de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 6,4 bilhões, representando um crescimento de 7,3%. Do referido incremento, parcela representativa - R\$ 404,6 milhões - refere-se a créditos extraordinários e R\$ 269,6 milhões foram executados no âmbito do Ministério da Educação. Os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos foram de R\$ 171,0 milhões, frente a R\$ 51,4 milhões no mesmo mês do ano anterior.

Despesas de transferências (como a LOAS/RMV) em janeiro 2007 foram significativamente maiores do que em janeiro de 2006 (23,7%).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	7,7	15,7
Legislativo/Judiciário	331,0	402,5
Crédito Extraordinário	107,4	511,9
Projeto Piloto de Investimento ³	51,4	171,0
Outras Obrigatórias ¹	45,1	34,5
Discricionárias ²	5.391,3	5.231,2
d/q Min. do Desen. Social	556,4	538,6
Min. da Saúde	2.977,3	2.736,1
Min. da Educação	378,2	647,8
Min. da Integração Nacional	107,9	102,2
Min. do Esporte e Turismo	16,5	76,4
Min. do Turismo	16,0	44,5
Min. dos Transportes	142,9	162,8
Min. da Previdência Social	25,9	67,6
Min. da Fazenda	46,8	5,1
Demais	1.123,5	850,2
Total	5.933,9	6.366,8

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.
³ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

Com relação aos restos a pagar (RP), foram inscritos para 2007 o montante de R\$ 23,7 bilhões, dos quais R\$ 14,2 bilhões (59,9%) correspondem a investimentos (inclusive Projeto Piloto de Investimento), R\$ 6,4 bilhões (27,0%) são relativos a custeio e R\$ 3,1 bilhões (13,1%) a créditos extraordinários. Das despesas discricionárias e Projeto Piloto de Investimento foram pagos em janeiro R\$ 2,0 bilhões, equivalentes a 8,4% do total inscrito (menos cancelamentos), sendo R\$ 1,5 bilhão relativo a custeio, principalmente nos Ministérios da Saúde e Educação que respondem por despesas no valor de R\$ 1,0 bilhão (66,7%). As despesas relativas aos investimentos totalizaram R\$ 506,5 milhões.

Boxe 1 – Decreto de Execução Orçamentária e Financeira

O Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, estabeleceu a programação orçamentária e financeira em consonância com o disposto nos arts. 8º e 13º da LRF e nos termos do art. 71 da LDO-2007. O referido decreto fixou o cronograma de desembolso mensal e os limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo constantes da Lei Orçamentária Anual LOA –2007.

Na elaboração desse Decreto, a expectativa de crescimento real da economia de 4,75%, constante na LOA-2007, foi revista e atualizada para 4,50%.

Da análise de receitas e despesas a partir do Orçamento aprovado, identificou-se a necessidade de limitação de empenho e de pagamento da ordem de R\$ 16,4 bilhões. A reestimativa das receitas administradas pela SRF apontou para uma redução de R\$ 17,8 bilhões na arrecadação anual em relação à previsão contida na LOA-2007. As principais quedas ocorreram no IR, na COFINS e na CSLL. As demais receitas primárias do Governo Central, exclusive a arrecadação do INSS, sinalizaram para uma redução de R\$ 2,8 bilhões em relação ao montante estimado na LOA-2007, à exceção dos Dividendos e Operações com Ativos que apresentam acréscimo no montante de R\$ 3,0 bilhões. Quanto ao resultado do RGPS, a atual estimativa do déficit indicou uma redução da ordem de R\$ 29,0 milhões, ocasionada fundamentalmente pela expectativa de redução da despesa previdenciária, devido a medidas de gestão implantadas pelo Ministério da Previdência Social e alteração na legislação que trata da concessão do auxílio-doença. No que tange às demais despesas primárias de execução obrigatória, saliente-se que também apresentaram, de modo geral, variação positiva em relação às dotações constantes da Lei Orçamentária, em virtude tanto da abertura de créditos extraordinários, como da atualização das bases de projeção. Nesse caso, destacam-se o Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, os créditos extraordinários e as despesas com os Fundos de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE.

Os projetos selecionados nos termos do art. 3º da LDO-2007, denominados “Projeto-Piloto de Investimentos Públicos” – PPI, tiveram tratamento destacado na estimativa da meta de superávit a ser atingida. Para 2007, o montante destinado ao PPI na LDO é de R\$ 4,6 bilhões. Esse valor deverá ser ampliado para cerca de R\$ 11,3 bilhões, conforme Projeto de Lei enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional (PLN nº 1/2007), que propõe alteração da LDO - 2007 nesse sentido.

Por fim, para efeito de cumprimento da LDO-2007, foram estabelecidas as metas quadrimestrais para o superávit primário do Governo Federal no presente exercício, com a seguinte distribuição: R\$ 30,2 bilhões no primeiro quadrimestre (R\$ 28,0 bilhões relativos ao Governo Central e R\$ 2,2 bilhões às empresas estatais federais); R\$ 54,2 bilhões até o segundo quadrimestre (R\$ 43,7 bilhões do Governo Central e R\$ 10,5 bilhões das empresas estatais federais); e R\$ 71,1 bilhões até o terceiro quadrimestre (R\$ 53,0 bilhões relativos ao Governo Central e R\$ 18,1 bilhões às empresas estatais federais).

O resultado primário do Regime Geral da Previdência Social em janeiro foi deficitário em R\$ 3,7 bilhões – incremento de 79,9% em relação a dezembro de 2006, quando o déficit registrado foi de R\$ 2,1 bilhões. Esse aumento do déficit primário é explicado principalmente pela redução sazonal, em janeiro, da arrecadação de contribuições previdenciárias, uma vez que em dezembro a Previdência arrecada as contribuições referentes às gratificações natalinas dos trabalhadores do setor privado. Com efeito, a receita de contribuições caiu de R\$ 17,2 bilhões em dezembro para R\$ 10,0 bilhões em janeiro (queda de 41,8%). O pagamento de benefícios em janeiro também se reduziu, por razões sazonais análogas: em dezembro, a Previdência pagara a segunda metade do valor do abono natalino de 2006 a seus segurados. A outra metade já havia sido paga em setembro, conforme previsto no Decreto nº 5.756/2006. Dessa forma, o pagamento de benefícios caiu de R\$ 19,4 bilhões em dezembro de 2006 para R\$ 13,2 bilhões em janeiro de 2007 (redução de 32,3%).

Previdência Social

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	DEZ	JAN	
	2006	2006	2007
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	17.391,1	8.203,7	9.477,2
Arrecadação Bruta	18.253,0	9.468,5	10.947,7
- Contribuição Previdenciária	17.150,4	8.722,2	9.984,1
- Simples	895,8	581,9	789,6
- CFT	55,3	76,6	49,7
- Depósitos Judiciais	109,7	41,3	67,4
- Refis	23,1	26,9	24,2
- Outras Receitas	18,6	19,6	32,6
(-) Restituição/Devolução	-32,1	-14,1	-17,4
(-) Transferências a Terceiros	-829,9	-1.250,7	-1.453,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	19.446,0	13.047,8	13.173,2
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.054,9	-4.844,1	-3.696,0
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB		-2,95%	-2,10%

Em janeiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,7 bilhões.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou em janeiro R\$ 9,5 bilhões, representando redução de 45,5% frente aos ingressos líquidos em dezembro de 2006. Os principais motivos para isso foram: i) a já mencionada elevação periódica da arrecadação líquida no mês de dezembro, decorrente do recolhimento da contribuição incidente sobre as gratificações natalinas; e ii) o incremento sazonal das transferências a terceiros no mês de janeiro, devido ao repasse das contribuições sobre as gratificações natalinas daquelas entidades (FNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	8.203,7	9.477,2	15,5%
Benefícios	13.047,8	13.173,2	1,0%
Resultado Primário	-4.844,1	-3.696,0	-23,7%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JANEIRO			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,1	21,6	2,2%
Valor médio RGPS**	494,5	535,5	8,3%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Em relação a janeiro de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de 15,5%. O principal componente desse crescimento foi a arrecadação de contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 8,7 bilhões para 10,0 bilhões (elevação de 14,5%), explicado, principalmente, pela elevação da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada em dezembro de 2006 foi de R\$ 12,3 bilhões contra R\$ 10,6 bilhões no mesmo mês em 2005 – uma elevação de 15,5%. Também foi relevante o comportamento do emprego no setor formal. Conforme dados do Caged, foram gerados 1,229 milhão de novos empregos entre janeiro e dezembro de 2006.

Por sua vez, as despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 125,5 milhões (incremento de 1,0%) relativamente ao primeiro mês de 2006. Esse moderado crescimento se explica por fatores conjunturais: em janeiro de 2006, houve concentração de despesas com o pagamento de precatórios judiciais, atingindo o montante de R\$ 1,5 bilhão, enquanto em janeiro de 2007 tais gastos perfizeram somente R\$ 167,4 milhões.

Assim, o aumento na arrecadação, em conjunto com o comportamento dos gastos descrito acima, produziu uma redução de R\$ 1,1 bilhão (23,7%) no déficit da previdência em janeiro de 2007, comparativamente a janeiro de 2006.

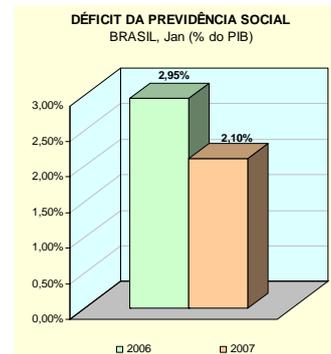
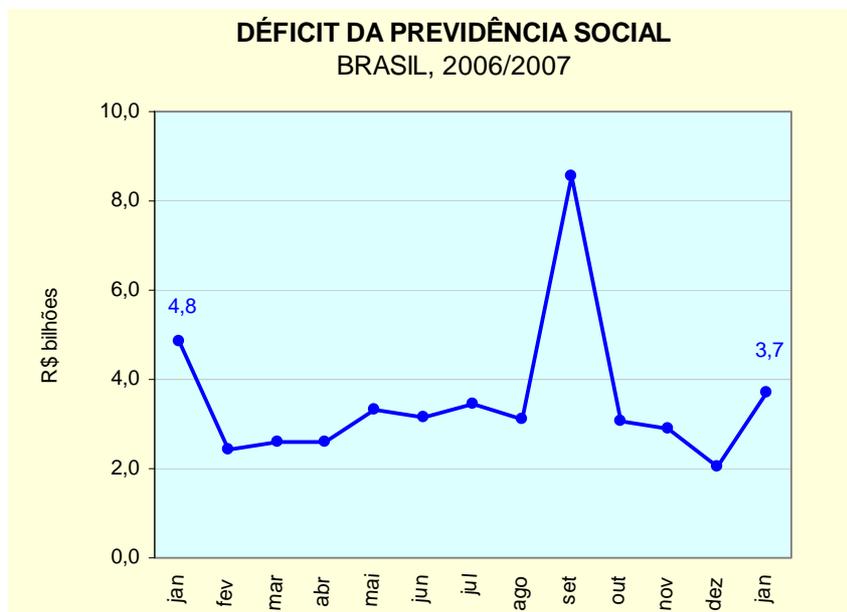
No estoque de benefícios do primeiro mês de 2007, relativamente ao mesmo mês do ano anterior, destacam-se os aumentos de 373,4 mil aposentadorias (2,8%), de 137,6 mil pensões por morte (2,3%) e a redução de 43,9 mil benefícios de auxílio-doença (2,8%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,00%	5,38%
Benefícios	7,95%	7,48%
Resultado Primário	-2,95%	-2,10%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

	Em mil benefícios		
	DEZ	JAN	
	2006	2006	2007
Benefícios do RGPS	21.645	21.128	21.594
Previdenciários	20.912	20.377	20.865
Aposentadorias	13.447	13.092	13.463
Idade	6.915	6.699	6.926
Invalidez	2.740	2.687	2.738
Tempo de contribuição	3.792	3.706	3.798
Pensão por morte	5.921	5.789	5.928
Auxílio-Doença	1.469	1.424	1.403
Salário - maternidade	41	40	37
Outros	35	32	35
Acidentários	733	751	729
Aposentadorias	147	144	147
Pensão por morte	129	130	129
Auxílio - doença	101	120	97
Auxílio - acidente	269	268	270
Auxílio - suplementar	86	89	86

Como resultado do desequilíbrio entre despesa e receita, o déficit primário do RGPS no mês totalizou R\$ 3,7 bilhões, cerca de três quartos do registrado em janeiro de 2006 (R\$ 4,8 bilhões).



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em janeiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 580,7 bilhões, equivalente a 27,6% do PIB, dos quais R\$ 443,6 bilhões referem-se à Dívida Interna Líquida e R\$ 137,0 bilhões à Dívida Externa Líquida. Em relação a dezembro, a DLTN diminuiu R\$ 25,3 bilhões, sendo R\$ 23,4 bilhões referente à parcela interna dos saldos e R\$ 1,9 bilhão à parcela externa. No âmbito da dívida interna, o destaque foi o resgate líquido da DPMFi, da ordem de R\$ 18,1 bilhões, enquanto que a redução da dívida externa é explicada tanto pela redução do saldo em moeda estrangeira quanto pela apreciação cambial no mês.

Em janeiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 580,7 bilhões, inferior ao saldo do mês anterior em R\$ 25,3 bilhões.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006		2007
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	362.160	467.017	443.604
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	982.866	1.100.960	1.095.465
Dívida Contratual da STN	-453.424	-449.641	-464.075
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-167.282	-184.302	-187.786
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	162.658	138.950	137.049
Dívida Mobiliária em Poder do Público	134.384	109.033	107.531
Títulos Depositados em Garantia	-3.292	0	0
Dívida Contratual	31.889	30.163	29.797
Disponibilidades	-323	-246	-279
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	524.818	605.967	580.653
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	26,9%	29,0%	27,6%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de janeiro com saldo de R\$ 443,6 bilhões, equivalentes a 21,1% do PIB acumulado em 12 meses, montante inferior em 1,2 ponto percentual ao observado no mês anterior. Essa variação decorreu da diminuição do saldo da DPMFi, em 0,6 ponto percentual do PIB, e do aumento dos haveres contratuais da STN, fundos, autarquias e fundações, em 0,7 ponto percentual. Em termos nominais, a dívida mobiliária reduziu-se em R\$ 5,5 bilhões, reflexo dos resgates líquidos efetuados no mês. Os haveres contratuais líquidos tiveram incremento de R\$ 17,9 bilhões, explicado pela variação positiva de seus principais indexadores, IGP-DI (0,43%), IGP-M (0,50%) e TR (0,22%), e pelo aumento do saldo de arrecadação a recolher, referente a tributos federais disponíveis na rede bancária no último dia do mês.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006		2007
	JAN	DEZ	JAN
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	362.160	467.017	443.604
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	982.866	1.100.960	1.095.465
LFT	478.615	406.859	416.545
LTN	253.193	347.639	315.346
NTN-B	112.268	170.984	175.690
NTN-C	66.132	67.393	66.483
NTN-D	4.913	1.321	1.246
NTN-F	9.996	49.223	62.904
Demais	36.562	34.234	34.018
Dívida Securitizada	17.755	19.095	19.027
TDA	3.432	4.213	4.207
DÍVIDA CONTRATUAL	-620.706	-633.943	-651.861
<i>Tesouro Nacional</i>	-453.424	-449.641	-464.075
Dívida Bancária	24.713	23.976	23.872
Lei nº 7.976/89	-5.484	-3.088	-3.048
Lei nº 8.727/93	-47.628	-46.682	-46.527
Lei nº 9.496/97	-251.715	-265.603	-266.686
Renegociação Dívidas Municipais	-38.250	-40.855	-40.956
Demais Haveres da STN	-135.060	-117.388	-130.729
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-167.282	-184.302	-187.786
FAT	-120.339	-129.318	-132.336
Demais Entidades	-46.943	-54.984	-55.450
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	50,4%	52,7%	52,2%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-31,8%	-30,4%	-31,0%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,3%	-21,5%	-22,1%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	18,6%	22,4%	21,1%

Em janeiro, a Dívida Interna Líquida diminuiu R\$ 23,4 bilhões, em função dos resgates líquidos da DPMFi e do aumento dos haveres contratuais da STN, fundos e autarquias.

Em janeiro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 50,9 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 69,0 bilhões, o que resultou em resgate líquido de R\$ 18,1 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 50,7 bilhões, sendo: (i) R\$ 25,1 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2007, abril de 2008 e janeiro de 2009; (ii) R\$ 14,7 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010, 2012 e 2017; (iii) R\$ 7,5 bilhões em LFT, com vencimentos em junho de 2010 e março de 2012; e (iv) R\$ 3,4 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2011, 2015, 2035 e 2045, agosto de 2024 e novembro de 2009.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 67,4 milhões, sendo as mais importantes: (i) R\$ 47,0 milhões em CFT-E1 para o Fies; e (ii) R\$ 20,5 milhões em títulos da dívida securitizada para novação de dívidas com diversos credores.

Emissões e Resgates

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, JAN/2007

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	50.730,2	67,4	114,7	50.912,3
LFT	7.530,1	0,0	21,4	7.551,5
LTN	25.058,9	0,0	46,5	25.105,5
NTN-B	3.395,7	0,0	30,7	3.426,4
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	14.745,4	0,0	16,1	14.761,5
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	20,5	0,0	20,5
Demais	0,0	47,0	0,0	47,0
II. RESGATES**	67.049,7	1.822,1	144,8	69.016,6
LFT	1.644,3	683,0	67,5	2.394,9
LTN	60.592,2	334,3	62,8	60.989,2
NTN-B	784,9	0,0	5,6	790,4
NTN-C	1.490,7	47,3	3,1	1.541,1
NTN-D	24,7	51,3	0,0	76,0
NTN-F	2.512,9	0,0	5,9	2.518,8
TDA	0,0	46,6	0,0	46,6
Securitizada*	0,0	223,3	0,0	223,3
Demais	0,0	436,3	0,0	436,3
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-16.319,6	-1.754,6	-30,1	-18.104,3

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em janeiro, o Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via Internet, alcançou R\$ 114,7 milhões em vendas – recorde mensal desde sua criação, em janeiro de 2002. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 40,3% do montante vendido, seguida pela NTN-B (incluindo NTN-B Principal) com 27,3% e pela LFT com 18,8%.

No mês, ocorreu o cadastro de 3.081 novos investidores, novo recorde mensal, o que representou um aumento de 42% em relação a janeiro de 2006. Neste mês o programa também ultrapassou o número de 75.000 investidores cadastrados, atingindo 76.279 pessoas.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela Internet – Programa Tesouro Direto – totalizaram R\$ 114,7 milhões, distribuídos da seguinte forma: (i) R\$ 46,5 milhões em LTN com vencimentos em julho e outubro de 2007, janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro de 2009; (ii) R\$ 30,7 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e em agosto de 2008, 2010 e 2024; (iii) R\$ 21,4 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010 e 2012; e (iv) R\$ 16,1 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010, 2012 e 2014.

O volume total de títulos resgatados da DPMFi atingiu R\$ 69,0 bilhões, sendo R\$ 57,8 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 11,2 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: (i) R\$ 9,9 bilhões em LTN, aceitas no leilão de troca desse título; (ii) R\$ 735,0 milhões em NTN-B e R\$ 56,7 milhões em LFT, todas aceitas no leilão de troca de NTN-B; (iii) R\$ 516,5 milhões em LFT, aceitas no leilão de troca desse título; e (iv) R\$ 1,3 milhões de TDA.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento de 1,06 ponto percentual na participação de títulos remunerados pela taxa Selic, devido à emissão líquida de LFT no valor de R\$ 5,2 bilhões. Apesar da emissão líquida de

NTN-F no valor de R\$ 12,2 bilhões, a participação dos títulos prefixados reduziu-se em 1,52 ponto percentual em função do resgate líquido de R\$ 35,9 bilhões de LTN decorrente da concentração de vencimentos desses títulos no início de cada trimestre. Quanto aos títulos remunerados por índices de preços, houve acréscimo de 0,44 ponto percentual, em função de emissão líquida de NTN-B no valor de R\$ 2,6 bilhões.

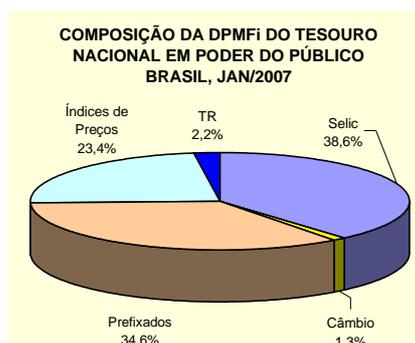
Os títulos indexados à taxa Selic tiveram sua participação na DPMFi elevada em 1,06 ponto percentual. Apesar da emissão líquida de NTN-F em R\$ 12,2 bilhões, os títulos prefixados reduziram-se em 1,52 ponto percentual, em virtude da concentração de vencimentos das LTN no início de cada trimestre.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2006/2007

(%)

INDEXADOR	2006		2007
	JAN	DEZ	JAN
Selic	49,50	37,50	38,56
Câmbio	1,88	1,29	1,29
Prefixados	26,82	36,09	34,57
Índices de Preços	19,67	22,92	23,36
TR	2,13	2,20	2,22

* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio da DPMFi em poder do público passou de 14,19% a.a. em dezembro para 14,21% a.a. em janeiro. Essa elevação é explicada pelo aumento do custo da NTN-D, uma vez que no período ocorreu menor apreciação do real frente ao dólar norte-americano (0,62% em janeiro de 2007 contra 1,33% em dezembro de 2006). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi apresentou redução, ao passar de 14,55% a.a. em dezembro para 14,44% a.a. em janeiro.

Custo Médio

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

(% anual)

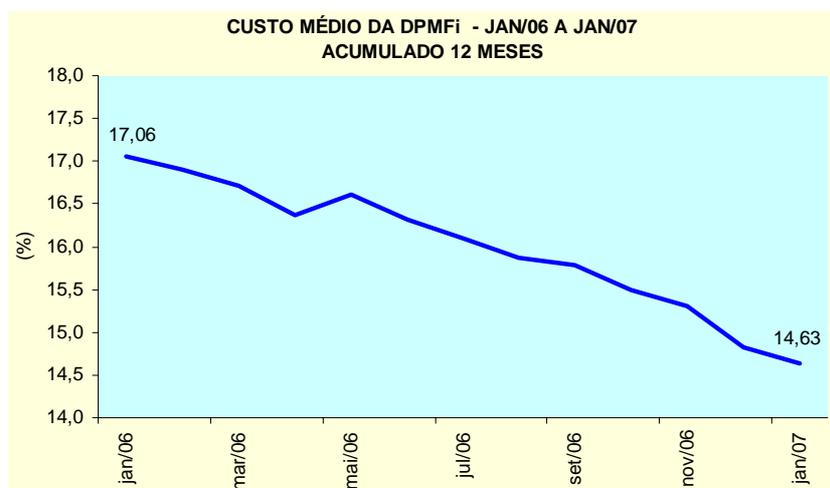
PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2006	Jan	18,06	16,40
	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33
	Jun	14,88	13,27
	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98
	Dez	14,55	14,19
2007	Jan	14,44	14,21

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo os títulos atrelados à taxa de câmbio, o custo médio anualizado da DPMFi reduziu-se de 14,55% a.a. em dezembro para 14,44% a.a. em janeiro.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi diminuiu, passando de 14,82% a.a. em dezembro para 14,63% a.a. em janeiro. Essa redução ocorreu em virtude da taxa Selic em janeiro de 2007 (1,08% a.m.) ter sido menor do que a observada no mesmo mês do ano anterior (1,43% a.m.), bem como das menores variações do IGP-M e IPCA (respectivamente, 0,50% e 0,44% em janeiro de 2007 contra 0,92% e 0,59% no mesmo mês do ano anterior).

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 14,63% a.a., apresentando redução de 0,19 ponto percentual em relação ao mês anterior.



Prazo Médio

Em janeiro, o prazo médio da DPMFi aumentou 0,82 mês, passando de 31,06 meses para 31,88 meses. Contribuiu para este aumento o resgate líquido de R\$ 35,9 bilhões de LTN e de R\$ 1,5 bilhão de NTN-C, que resultou no aumento do prazo médio desses títulos em 1,16 mês e 0,85 mês respectivamente.

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

TÍTULOS	BRASIL, 2006/2007		
	2006		2007
	JAN	DEZ	JAN
LFT	19,35	22,50	21,89
LTN	10,81	9,23	10,38
NTN-B	53,45	57,66	57,01
NTN-C	79,76	81,42	82,27
NTN-D	11,16	16,81	16,71
TDA	63,28	60,39	59,61
Dívida Securitizada*	87,94	87,00	86,86
Demais	82,28	59,34	56,70
TOTAL	28,89	31,06	31,88

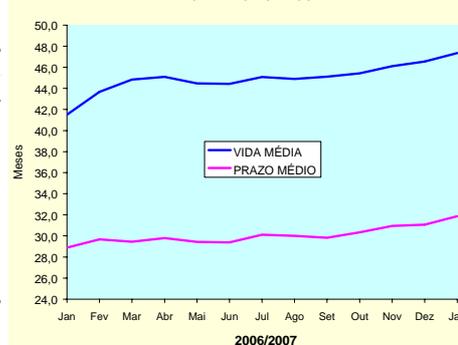
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
		Meses	
2006	Jan	41,50	28,89
	Fev	43,67	29,67
	Mar	44,83	29,45
	Abr	45,09	29,79
	Mai	44,46	29,44
	Jun	44,43	29,38
	Jul	45,07	30,12
	Ago	44,89	30,01
	Set	45,10	29,82
	Out	45,42	30,35
	Nov	46,11	30,06
	Dez	46,55	31,06
2007	Jan	47,35	31,88

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de janeiro em R\$ 137,0 bilhões, montante inferior ao de dezembro em R\$ 1,9 bilhão, enquanto que em percentual do PIB passou de 6,7% para 6,5%. Esse comportamento é explicado tanto pela redução do saldo em moeda estrangeira, de 0,74%, quanto pela apreciação cambial ocorrida no mês, de 0,62%.

Apesar da reabertura do *Global 2037*, com valor de face de US\$ 500 milhões, a diminuição do estoque da dívida externa na moeda norte-americana ocorreu devido ao vencimento da série A do *Global 2007* e ao pagamento de principal e juros de diversos títulos.

Dívida Externa Líquida

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006		2007
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	134.384	109.033	107.531
Bônus de Renegociação	15.796	463	461
Bônus de Captação	118.588	108.569	107.071
II. DÍVIDA CONTRATUAL	31.889	30.163	29.797
Organismos Multilaterais	21.171	24.367	24.083
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.806	5.796	5.714
Clube de Paris	3.912	0	0
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	166.272	139.196	137.328
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.292	0	0
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-323	-246	-279
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	162.658	138.950	137.049
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	8,3%	6,7%	6,5%

Em relação a dezembro, a Dívida Externa Líquida diminuiu R\$ 1,9 bilhão, explicado tanto pela redução do saldo em moeda estrangeira quanto pela apreciação cambial.

Em relação a janeiro de 2006, a Dívida Externa Líquida apresentou redução de R\$ 25,6 bilhões, equivalente a 1,8 ponto percentual do PIB. Em termos da moeda norte-americana, essa diminuição foi da ordem de US\$ 8,9 bilhões, resultado dos resgates antecipados de títulos, exercício da *call* dos *bradies* e pagamento antecipado ao Clube de Paris. Além da redução do saldo em moeda estrangeira, também contribuiu para essa queda da Dívida Externa Líquida a apreciação do real frente ao dólar, em 4,1%.

O serviço da DPFe, em janeiro, totalizou R\$ 4,0 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 1,8 bilhão ao pagamento de principal, a maior parte referente ao vencimento da série A do *Global 2007*.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JAN/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	1.830,8	2.122,1	3.953,0
I.1. Organismos Multilaterais	68,2	81,0	149,2
I.2. Bancos Privados / Ag. Gov.	22,0	4,7	26,7
I.3. Dívida Mobiliária	1.740,6	2.036,4	3.777,0
A-Bond	0,0	387,1	387,1
Euro 2009	58,1	13,9	72,0
Euro 2010	24,9	7,3	32,2
Euro 2011	0,0	262,4	262,4
Global 2007	1.224,6	176,1	1.400,7
Global 2008	9,0	0,9	9,9
Global 2009	88,2	20,4	108,6
Global 2010	28,5	4,1	32,6
Global 2011	229,2	48,8	278,0
Global 2012	78,3	157,2	235,5
Global 2014	0,0	132,3	132,3
Global 2020	0,0	104,0	104,0
Global 2034	0,0	237,4	237,4
Global 2037	0,0	152,0	152,0
Global BRL 2016	0,0	212,5	212,5
Global BRL 2022	0,0	116,7	116,7
Novas Captações	0,0	3,4	3,4

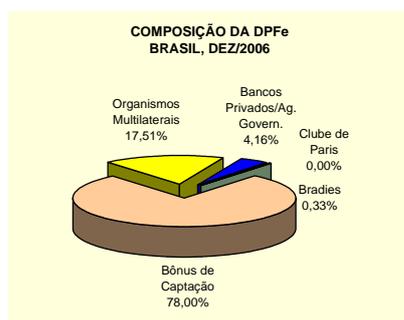
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

Os pagamentos de principal e juros da DPFe totalizaram 4,0 bilhões em

Composição

Em relação à composição da DPFe, houve pequena redução da participação dos Bônus de Captação, de 78,00% para 77,97%. Em contrapartida houve aumento da participação dos organismos multilaterais, que passou de 17,51% em dezembro de 2006 para 17,54% em janeiro de 2007.

Em relação ao mês anterior, a composição da DPFe permaneceu estável, apresentando pequeno decréscimo dos bônus de captação.



Custo e Prazo Médios

A partir de janeiro de 2007, à semelhança da mudança recente no cálculo do custo médio, o prazo médio da dívida mobiliária externa será calculado por uma nova metodologia, com o objetivo de padronizar e integrar a apuração dos prazos da dívida interna e externa. Pelo novo método, o prazo médio de cada título é calculado descontando-se seus fluxos futuros pela taxa de

juros de emissão (*yield*), e não mais pela taxa do cupom. Em janeiro, por esta nova metodologia, o prazo médio da dívida mobiliária externa foi de 6,19 anos.

O custo médio da dívida mobiliária externa apresentou aumento, passando de 3,66% a.a. em dezembro para 7,96% a.a. em janeiro, em virtude da menor apreciação do real frente ao dólar em relação a janeiro de 2006.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	JAN	DEZ	JAN
PRAZO MÉDIO (1)	5,80	6,01	6,19
Bônus de Renegociação	5,96	3,06	2,97
Bônus de Captação	5,77	6,02	6,21
Globais	6,37	6,61	6,82
Euros	3,42	3,40	3,38
Reais	5,93	6,01	6,31
Demais	0,85	0,38	0,30
VIDA MÉDIA (2)	12,90	13,82	14,14
Bônus de Renegociação	10,16	6,71	6,62
Bônus de Captação	13,27	13,85	14,18
Globais	15,26	15,98	16,39
Euros	4,83	5,05	5,00
Reais	-	11,79	11,74
Demais	1,17	0,52	0,44
CUSTO MÉDIO (3)	(7,55)	3,66	7,96
Bônus de Renegociação	(10,89)	(3,38)	1,48
Bônus de Captação	(6,96)	3,92	8,09
Globais	(5,88)	1,15	6,14
Euros	(13,55)	11,36	11,95
Reais		12,98	12,97
Demais	(19,64)	1,42	3,95

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Em janeiro, o prazo médio da DPFe foi de 6,19 anos, ao passo que o custo médio acumulado em 12 meses totalizou 7,96% a.a..

Boxe 3 – Brasil reabre bônus de 30 anos no mercado externo

O Tesouro Nacional realizou no dia 23 de janeiro a segunda reabertura do bônus *Global 2037*, no valor de US\$ 500 milhões. A operação foi liderada pelos bancos Bear Stearns e Merrill Lynch e contou com a colaboração dos bancos Itaú Europa e BB Securities como *co-managers*. O bônus de 30 anos foi vendido ao preço de 106,338% do seu valor de face, resultando em *yield* de 6,635% a.a..

O *spread* da operação foi de 173 pontos-base acima do *Treasury* (título do Tesouro americano) com vencimento em 2036. O bom resultado alcançado indica que, apesar do atual cenário de turbulência na América do Sul, houve melhoria substancial da percepção de risco do país em relação ao conjunto dos emergentes, expressa tanto na redução do indicador de risco-país em nível quanto no diferencial em relação aos demais emergentes.

Com a nova reabertura, o estoque total do título em mercado atingiu US\$ 2,5 bilhões, considerando os US\$ 500 milhões emitidos na *exchange offer* de agosto de 2006, o que concede ao papel maior liquidez em suas negociações no mercado secundário.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa do Tesouro Nacional (incorpora juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SRF – Secretaria da Receita Federal

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2006	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2007
I. RECEITA TOTAL	45.552,7	38.580,9	41.454,8	48.903,5	42.325,3	44.372,6	44.829,4	45.405,3	44.716,8	46.788,6	42.710,6	57.611,4	52.057,0
I.1. Receitas do Tesouro	37.276,2	29.132,5	32.110,6	39.502,4	32.633,5	34.590,3	34.969,2	35.271,5	34.186,8	36.352,6	32.100,4	40.036,7	42.522,7
I.1.1. Receita Bruta	37.702,7	29.521,9	32.569,3	39.933,0	33.058,7	36.138,0	36.658,8	36.092,2	36.163,2	38.145,5	33.474,7	41.965,5	43.082,3
- Impostos	14.559,7	12.736,0	13.790,1	16.445,7	12.872,0	17.842,7	14.240,0	13.873,6	15.378,2	15.900,2	13.859,3	21.243,4	17.091,3
- Contribuições	17.237,8	14.271,6	14.987,3	15.925,5	15.167,4	15.546,2	16.880,2	15.969,8	17.151,2	17.089,3	16.467,8	17.545,9	19.122,0
- Demais (1)	5.905,2	2.514,3	3.792,0	7.561,7	5.019,3	2.749,1	5.538,7	6.248,8	3.633,7	5.156,0	3.147,6	3.176,2	6.869,0
I.1.2. (-) Restituições	-426,6	-389,3	-458,7	-430,5	-425,2	-1.547,7	-1.689,7	-820,7	-1.976,4	-1.792,9	-1.374,3	-1.928,8	-559,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.203,7	9.318,6	9.193,9	9.280,9	9.573,3	9.655,5	9.734,0	10.020,3	10.419,9	10.314,5	10.414,5	17.391,1	9.477,2
I.3. Receitas do Banco Central	72,8	129,8	150,3	120,2	118,5	126,8	126,2	113,5	110,1	121,5	195,7	183,6	57,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.434,3	7.274,0	6.363,0	7.058,2	8.673,4	7.924,1	7.429,9	7.777,6	6.749,3	6.453,2	9.357,3	9.285,7	8.133,4
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.441,0	5.536,5	5.228,1	5.891,7	6.420,0	6.283,6	5.645,6	5.714,0	5.387,0	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9
II.3. Transferências da Cide	446,6	0,0	0,0	414,9	0,0	0,0	462,0	0,0	0,0	457,8	0,0	0,0	479,1
II.4. Demais	1.099,4	1.737,5	1.134,8	751,6	2.091,0	828,0	1.159,8	1.901,1	1.199,8	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	37.118,4	31.306,9	35.091,8	41.845,3	33.651,8	36.448,5	37.399,5	37.627,7	37.967,5	40.335,4	33.353,3	48.325,7	43.923,5
IV. DESPESA TOTAL	33.097,3	27.732,3	27.831,6	27.119,3	30.708,0	30.376,5	34.376,6	31.281,2	37.465,8	33.210,4	33.549,8	53.920,3	32.158,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	10.023,7	8.078,1	7.926,2	7.250,8	7.463,2	7.801,3	9.605,9	7.790,5	8.482,9	8.414,8	9.208,6	12.984,7	10.223,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	13.047,8	11.759,4	11.806,3	11.890,6	12.884,8	12.812,4	13.171,9	13.120,7	18.986,5	13.357,8	13.301,2	19.446,0	13.173,2
IV.3. Custeio e Capital	9.935,2	7.719,9	7.897,3	7.777,3	10.173,8	9.510,0	11.410,6	10.180,7	9.797,2	11.257,0	10.801,3	21.157,3	8.586,7
IV.3.1. Despesa do FAT	950,9	529,2	992,2	911,9	1.056,9	1.261,3	1.864,4	1.835,0	1.465,2	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	2.199,6	421,7	30,9	355,2	596,8	363,0	732,5	237,5	-264,9	602,6	645,8	3.630,0	316,0
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	850,9	852,5	862,2	868,6	1.010,2	1.015,0	1.021,9	1.028,4	1.026,9	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.933,9	5.916,5	6.012,0	5.641,5	7.509,8	6.870,7	7.791,8	7.079,9	7.570,0	8.025,6	8.095,1	14.682,5	6.366,8
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	1,5	67,0	55,9	63,7	56,3	53,0	57,0	53,5	50,1	52,8	72,8	111,8	-6,7
IV.5. Despesas do Banco Central	89,0	107,9	145,9	137,0	130,0	199,8	131,2	135,8	149,2	127,9	165,8	220,7	182,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	4.021,1	3.574,6	7.260,3	14.726,0	2.943,8	6.072,0	3.022,9	6.346,5	501,7	7.124,9	-196,5	-5.594,6	11.764,9
V.1. Tesouro Nacional	8.881,4	5.993,5	9.868,3	17.352,5	6.266,8	9.301,9	6.465,8	9.469,2	9.107,3	10.174,6	2.660,4	-3.502,7	15.586,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-4.844,1	-2.440,8	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0
V.3. Banco Central (6)	-16,3	21,9	4,4	-16,8	-11,5	-73,1	-5,1	-22,3	-39,1	-6,4	29,9	-37,0	-125,4
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	234,7	161,7	350,3	179,3	284,5	259,6	258,6	307,5	234,6	182,3	81,2	56,3	97,9
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-945,3	-465,0	-1.996,1	1.406,5	-82,6	545,5	319,5	573,7	-671,6	459,4	39,3	-224,9	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	3.310,5	3.271,3	5.614,5	16.311,9	3.145,7	6.877,2	3.601,0	7.227,6	64,6	7.766,6	-76,0	-5.763,2	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-14.853,2	-9.075,5	-11.395,8	-11.892,0	-6.633,7	-13.196,2	-9.561,3	-12.964,8	-8.056,2	-10.272,7	-8.151,2	-7.551,7	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-11.542,7	-5.804,2	-5.781,3	4.419,9	-3.487,9	-6.319,1	-5.960,4	-5.737,2	-7.991,5	-2.506,1	-8.227,1	-13.315,0	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	467,0	463,1	503,2	452,0	553,9	471,8	537,2	520,8	719,5	549,7	714,6	1.136,1	584,2
RMV (4)	149,9	148,6	147,5	146,8	169,2	167,7	166,1	164,2	162,4	160,4	159,5	157,5	160,9

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jan/2006	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2007
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	33.817,6	42.099,5	41.710,1	41.830,1	47.217,4	46.993,6	43.988,0	46.982,5	47.837,9	46.237,0	50.086,3	66.730,8	41.189,9
I.1 - Recolhimento Bruto	23.205,2	30.712,6	29.496,2	30.395,9	35.178,0	33.124,7	31.663,0	35.052,4	33.934,5	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.470,7	1.042,3	1.980,1	1.180,4	1.667,4	1.504,9	1.264,9	1.441,4	1.222,3	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	102,0	71,8	268,4	137,9	651,7	1.003,7	302,0	423,2	139,1	176,9	338,3	442,7	134,1
I.5 - Receita do Salário Educação	596,8	333,4	349,3	331,0	342,5	365,1	348,8	379,4	368,1	391,0	390,1	393,7	691,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.402,0	9.924,3	9.602,2	9.754,3	9.366,5	10.991,3	10.344,6	9.622,9	12.070,9	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	40,9	15,0	13,8	30,6	11,2	4,0	64,6	63,3	103,1	4,5	2,8	5,2	3,0
II. DESPESAS	48.130,3	39.762,3	37.419,0	47.470,9	47.514,7	49.308,6	54.486,0	49.391,4	47.797,3	48.980,3	60.035,7	58.705,9	50.423,1
II.1 - Liberações Vinculadas	10.599,4	7.925,4	6.735,9	10.202,4	10.106,3	9.688,1	8.696,7	9.469,7	8.198,9	8.356,3	10.751,4	10.664,5	9.565,0
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.864,1	5.900,4	5.571,9	6.278,8	6.844,7	6.697,0	6.016,0	6.088,8	5.735,2	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	889,9	1.343,1	536,8	820,5	1.524,9	531,0	1.023,1	1.597,0	584,1	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	646,1	3,9
II.1.4 - Outras Vinculações	2.398,1	681,9	627,2	3.103,1	1.574,3	1.647,5	1.621,5	1.621,5	1.717,1	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,3
II.2 - Liberações Ordinárias	37.530,9	31.836,9	30.683,0	37.268,5	37.408,4	39.620,6	45.789,3	39.921,6	39.598,4	40.624,0	49.284,4	48.041,4	40.858,1
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.182,8	8.212,2	8.334,5	7.642,0	8.143,3	10.342,4	8.489,3	8.369,5	8.262,3	8.106,2	11.757,7	10.131,4	9.989,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.412,4	1.931,7	-66,6	1.263,5	173,4	2.001,3	2.426,3	2.486,7	2.902,1	-32,7	546,2	444,2	362,4
i) Dívida Contratual Interna	93,9	115,7	124,7	107,0	116,2	121,0	109,5	107,5	97,9	116,5	116,6	411,1	91,9
ii) Dívida Contratual Externa	1.318,5	1.816,0	-191,3	1.156,5	57,2	1.880,3	2.316,8	2.379,1	2.804,2	-149,3	429,6	33,1	270,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	8.806,1	3.509,6	4.507,0	8.712,1	9.614,7	6.794,4	13.237,0	5.921,1	4.245,2	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	11.051,3	11.319,3	11.962,4	12.742,1	12.524,3	12.289,7	12.606,0	15.208,9	16.704,5	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.801,4	6.497,6	5.847,7	6.672,5	6.637,9	7.836,4	8.543,6	7.645,8	7.178,8	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.828,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	276,8	366,5	98,2	236,2	314,7	356,4	487,1	289,8	305,7	449,9	469,4	1.257,4	266,0
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-14.312,7	2.337,1	4.291,1	-5.640,8	-297,4	-2.315,1	-10.498,1	-2.408,9	40,5	-2.743,3	-9.949,5	8.024,9	-9.233,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	51.235,8	30.904,7	17.576,8	18.086,6	19.593,2	36.752,3	43.352,2	30.297,8	31.252,8	41.246,8	44.885,5	43.226,0	55.420,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	50.547,0	29.716,0	16.763,0	17.522,9	18.350,5	35.796,4	42.757,3	29.200,3	30.709,8	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	688,7	1.188,7	813,8	563,7	1.242,7	955,9	594,9	1.097,5	543,0	591,4	511,2	796,4	970,2
V. DESPESAS	40.953,0	15.575,9	15.370,0	48.384,4	26.146,8	25.607,1	48.117,1	11.278,8	15.416,8	38.095,4	25.762,7	16.397,4	45.374,3
V.1 - Amortização da Dívida Interna	36.603,0	10.344,8	12.278,6	34.060,9	25.904,1	23.809,3	43.960,7	10.516,8	13.362,2	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	36.512,5	10.226,2	12.161,2	33.936,9	25.784,8	23.670,2	43.845,8	10.401,7	13.252,3	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6
V.1.2 - Dívida Contratual	90,5	118,6	117,4	124,0	119,3	139,1	114,9	115,1	109,9	124,3	120,1	296,3	95,8
V.2 - Amortização da Dívida Externa	4.350,0	5.231,1	3.091,4	14.323,5	242,8	1.797,7	4.156,4	762,0	2.054,7	1.536,0	-230,5	108,2	154,9
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	14.034,5	19.489,8	4.601,8	-16.414,0	-7.434,3	12.126,2	-1.088,5	18.798,6	17.457,5	4.220,3	18.501,2	26.436,7	9.326,3
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-1.722,1	20.119,6	9.658,7	-49.086,0	-28.880,3	36.487,3	-25.455,6	10.098,1	27.141,6	-2.356,8	7.811,5	38.616,5	-12.328,2

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2006	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2007
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	2.687,9	7.353,6	3.760,9	14.849,6	8.268,6	41.240,1	20.037,3	10.768,1	17.340,5	22.485,1	12.238,2	18.263,0	15.259,2
I.1. Emissão de Títulos	0,0	5.469,5	0,0	12.334,4	5.159,5	39.356,3	18.295,9	8.971,2	14.624,1	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.576,0	1.707,5	2.516,6	2.419,6	2.976,6	1.797,7	1.609,4	1.694,4	2.661,4	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	111,9	176,7	219,4	95,7	132,4	86,1	132,0	102,5	55,0	82,8	109,2	74,7	89,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	1.024,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	380,0	4.900,0	600,0	27.997,1	30.297,9	13.583,0	30.230,0	17.280,0	6.075,3	25.250,0	13.600,0	14.500,0	28.400,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	4.000,0	500,0	22.998,1	23.000,0	10.035,5	24.706,2	13.200,0	4.300,0	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0
II.2. Encargos da DPMF	380,0	900,0	100,0	4.999,0	7.297,9	3.547,5	5.523,8	4.080,0	1.775,3	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0
III. RESULTADO (I - II)	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Jan/2006	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2007
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	16,5	17,4	0,0	25,9	10,6	16,2	16,3	15,0	18,9	22,7	0,8	181,3	0,8
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	106,9	193,5	0,0	0,1	0,1	0,1	3,5	21,8	0,1	0,4	101,7	56,6	4,7
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	84,9	50,9	54,6	100,8	198,0	60,6	194,1	-6,0	190,9	94,1	60,6	75,8	162,8
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,4	0,4	0,0	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	24,4	-7,1	-5,6	0,0	157,5	15,2	148,8	-60,8	98,7	41,9	-49,9	-113,2	12,8
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	60,1	57,7	60,2	100,3	40,3	45,2	45,2	54,7	92,0	52,0	110,2	188,2	150,0
IV. PRONAF	41,2	23,8	-194,0	41,8	86,6	41,3	134,8	68,8	94,2	213,2	185,4	362,7	17,0
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	45,7	33,3	0,0	63,4	41,3	40,3	137,9	70,0	63,7	167,8	59,4	365,8	15,6
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-4,5	-9,5	-194,0	-21,6	45,3	1,0	-3,2	-1,2	30,5	45,4	126,0	-3,1	9,3
V. PROEX	-33,3	24,5	-12,4	-33,6	22,7	91,0	219,6	-63,7	6,9	47,4	9,0	274,0	-36,0
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	10,2	18,9	27,1	18,5	1,6	151,8	20,2	24,4	26,2	15,9	134,1	0,0
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-33,3	14,3	-31,3	-60,8	4,2	89,5	67,8	-83,8	-17,5	21,2	-6,8	139,9	-36,0
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	78,4	26,8	7,0	19,2	11,7	90,3	20,2	8,7	5,1	8,5	14,6	138,1	2,2
VII. CACAU	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	3,0	3,4	0,0	142,4	82,6	47,3	6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	466,2	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	-1,2	50,7	31,3	2,2	0,1	21,4	58,7	9,9	54,1	93,0	88,1	554,7	23,6
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-51,6	-40,0	-37,7	-58,4	-52,8	-51,3	-53,4	-50,5	-821,1	-8,0	-9,3	1.344,2	-41,6
XII. TOTAL	241,8	351,3	-147,8	98,0	419,6	352,3	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	133,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jan/2006	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2007
I. DÍVIDA INTERNA	362.160,3	390.484,7	401.590,6	377.518,4	377.165,6	390.593,3	378.999,1	408.785,9	427.677,3	428.031,8	452.733,3	467.016,8	443.604,0
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8
Dívida Bancária	24.713,3	24.659,7	24.578,6	24.539,3	24.456,3	24.379,3	24.326,5	24.257,2	24.203,8	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9
INSS	-17.370,8	-17.495,9	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4
Lei 7.976/89	-5.484,3	-5.303,0	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1
Bônus Renegociação	-11.928,3	-11.466,7	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5
Lei 8.727/93	-47.628,4	-47.609,3	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4
Lei 9.496/97	-251.714,6	-253.923,7	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-38.250,2	-38.779,7	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2
Recebíveis das Estatais	-36.317,6	-36.224,0	-36.414,6	-36.152,0	-35.154,0	-35.017,8	-37.534,8	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4
Outros	-43.588,8	-43.160,8	-43.061,0	-42.852,6	-42.068,6	-42.086,3	-42.271,8	-41.724,1	-41.840,1	-41.928,7	-42.305,3	-42.445,0	-42.484,5
Fat	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8
Demais Entidades	-46.942,8	-47.563,7	-47.783,8	-48.015,3	-48.762,4	-49.716,1	-50.845,9	-51.421,4	-52.058,1	-52.852,0	-54.478,4	-54.984,3	-55.449,9
Créditos das Operações Oficiais	-14.207,3	-14.023,3	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6
Arrecadação a Recolher	-11.647,0	-8.118,8	-7.286,0	-13.119,0	-7.341,5	-8.504,0	-11.216,0	-7.564,0	-8.218,4	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.654,0
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0
Dívida Mobiliária	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Contratual	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1
Disponibilidades	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	524.818,1	542.694,8	553.313,6	513.231,9	529.238,4	530.522,2	519.631,3	544.444,7	566.636,8	565.840,3	592.940,3	605.966,5	580.653,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	26,9%	27,6%	28,0%	25,9%	26,5%	26,4%	25,7%	26,7%	27,6%	27,4%	28,5%	29,0%	27,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2006	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	15.796,1	14.834,8	14.535,2	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6
Brazil Investment Bond (BIB)	549,0	529,1	504,6	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6
Par Bond (PB)	3.147,9	2.830,7	2.465,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	2.849,7	2.746,1	2.685,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	724,4	659,9	671,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	6.362,7	6.034,2	6.138,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	1.615,8	1.508,0	1.534,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	546,7	526,8	535,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	118.587,5	111.783,4	111.530,9	107.692,4	119.053,4	108.403,5	108.953,5	105.500,4	108.602,2	107.897,3	109.314,6	108.569,3	107.070,6
A-Bond	9.991,0	9.628,1	9.794,4	9.419,3	10.372,0	9.757,9	9.811,6	9.642,9	9.802,5	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4
Euro 2006	1.856,8	1.688,8	1.681,1	1.643,5	1.882,3	1.767,5	1.774,0	1.735,9	1.747,0	1.734,5	-	-	-
Euro 2007	2.024,1	1.686,1	1.698,0	1.660,1	1.901,3	1.734,3	1.740,7	1.689,3	1.700,1	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0
Euro 2009	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9	884,7	814,3	799,0	725,2
Euro 2010	2.024,1	1.775,0	1.811,3	1.770,8	2.028,1	1.763,8	1.770,3	1.483,6	1.481,2	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.195,9
Euro 2011	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7
Euro 2012	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7
Euro 2015	1.349,4	2.028,6	2.106,2	2.059,1	2.358,3	2.214,5	2.222,7	2.192,0	2.206,0	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7
Eurolibra 2007	592,9	558,8	565,9	571,5	645,0	600,1	609,9	573,6	573,0	575,7	600,6	591,1	586,8
Eurolira 2017	1.045,3	982,1	1.019,7	996,9	1.141,8	1.072,2	1.076,1	1.061,3	1.068,1	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8
Global 2007	4.844,2	3.873,2	3.554,3	3.418,2	3.763,9	3.370,6	3.389,1	3.277,0	3.331,3	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6
Global 2008	5.073,8	4.248,0	3.805,6	3.659,9	4.030,0	3.574,8	3.594,4	3.414,0	3.470,5	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4
Global 2009	5.849,1	4.961,6	4.282,7	4.118,7	4.535,3	3.468,9	3.488,0	3.067,1	3.117,9	3.073,1	2.852,9	2.815,0	2.709,3
Global 2010	5.382,7	4.765,8	4.564,7	4.389,9	4.833,9	3.815,7	3.836,7	3.379,0	3.434,9	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.955,5
Global 2011	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.369,0	2.382,0	2.341,1	2.379,9	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3
Global 2012	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.611,4	2.625,8	2.580,6	2.623,3	2.585,7	2.482,2	2.449,2	2.355,7
Global 2013	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.697,6	2.712,5	2.665,9	2.710,0	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3
Global 2014	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.540,0	2.554,0	2.510,1	2.551,7	2.515,0	2.543,0	2.509,2	2.493,6
Global 2015	4.653,6	4.484,6	4.562,0	4.387,3	4.831,1	4.545,0	4.570,0	4.491,5	4.565,8	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9
Global 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.250,2	3.187,1
Global 2019	3.324,0	3.203,3	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	3.208,2	3.261,3	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1
Global 2020	2.216,0	2.135,5	2.172,4	2.089,2	2.300,5	1.664,2	1.673,4	1.625,6	1.628,8	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9
Global 2024	6.591,9	6.352,5	6.462,2	6.214,7	6.843,3	6.294,8	6.329,4	5.990,9	6.090,1	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4
Global 2025	4.986,0	4.804,9	4.887,9	4.700,7	5.176,1	4.869,7	4.896,5	4.812,3	4.892,0	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6
Global 2027	7.756,0	7.474,3	7.603,4	7.312,2	8.051,8	7.539,0	7.580,5	7.348,4	7.470,1	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0
Global 2030	3.545,6	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1	2.944,2	2.174,5	2.210,5	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2
Global 2034	5.540,0	5.338,8	5.431,0	5.223,0	5.751,3	5.838,9	5.871,0	5.770,1	5.865,6	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0
Global 2037	2.216,0	2.135,5	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	4.277,7	4.348,5	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8
Global 2040	11.428,6	11.013,4	11.203,7	10.774,7	11.864,4	11.162,0	11.223,3	11.030,5	11.213,0	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2007	1.379,9	1.283,5	1.320,5	1.291,0	1.478,6	1.342,9	1.347,9	1.288,7	1.296,9	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3
Marco Alemão 2008	1.034,9	972,4	938,0	917,0	1.050,3	949,9	953,4	915,1	921,0	913,6	945,2	927,5	909,2
Samurai 2006	1.137,6	1.095,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Samurai 2007	1.516,8	1.460,2	1.228,8	1.183,7	1.360,0	1.232,2	1.236,9	1.187,3	1.198,9	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0									
III. DÍVIDA CONTRATUAL	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3
V. TOTAL (I+II+III+IV) (*)	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	8,3%	7,7%	7,7%	6,8%	7,6%	7,0%	7,0%	6,7%	6,8%	6,7%	6,7%	6,7%	6,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	111.264,3	112.969,2	112.912,6	110.310,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	468,2	475,8	471,8	471,3
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2	475,8	471,8	471,3
Par Bond (PB)	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	-	-	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	110.796,1	112.493,5	112.440,8	109.838,9
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4
Euro 2006	1.942,7	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3
Eurolira 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4
Global 2017		3.259,4	3.232,1	3.228,0
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3
Samurai 2006	-	-	-	-
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	0,0	0,0	0,0	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	30.177,1	31.157,3	30.542,3	30.219,4
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3
V. TOTAL (I+II+III+IV)	141.102,8	143.778,8	143.208,5	140.250,3
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,8%	6,9%	6,9%	6,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jan/2006	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2007
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.277.259,7	1.306.117,6	1.320.442,6	1.290.097,5	1.265.730,9	1.310.777,0	1.299.896,0	1.319.709,0	1.355.232,1	1.359.034,0	1.381.457,3	1.398.749,6	1.395.355,1
I. Dívida em Mercado	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8
Dívida Securitizada	17.754,7	17.843,1	17.904,9	17.936,4	16.894,7	16.713,3	18.886,9	19.146,4	19.612,3	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5
TDA	3.431,9	3.425,5	3.406,5	3.398,0	3.672,4	3.668,0	3.720,7	3.817,1	3.893,0	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0
LTN	253.193,1	269.680,5	280.714,9	262.579,3	279.637,2	302.728,8	290.264,9	307.240,8	325.838,8	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9
LFT	478.615,0	467.995,3	457.330,2	453.761,8	431.609,7	423.680,6	429.436,7	433.295,8	432.052,3	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8
LFT-A	3.816,0	3.820,4	3.834,4	3.835,2	3.843,3	3.847,2	3.850,1	3.855,9	3.853,5	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4
LFT-B	2.335,4	2.295,1	2.265,6	2.230,3	2.189,5	2.139,1	2.111,5	1.938,2	1.908,1	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3
NTN-A	9.816,6	9.489,7	9.642,4	9.137,8	10.088,1	9.520,7	9.600,5	9.464,8	9.608,3	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2
NTN-B	112.268,4	131.443,9	142.531,3	147.028,3	144.793,5	145.718,5	148.123,0	149.657,6	153.724,3	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9
NTN-C	66.132,0	65.940,2	65.042,1	64.137,0	64.805,5	65.688,2	64.774,5	64.991,4	65.438,3	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0
NTN-D	4.913,2	4.570,1	3.736,1	3.636,7	4.039,3	3.849,8	3.831,3	3.810,5	1.297,4	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6
NTN-F	9.996,2	12.521,9	13.068,1	14.996,8	16.179,3	17.386,3	18.304,3	20.493,5	23.546,5	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1
NTN-I	1.520,2	1.472,7	1.489,9	1.434,8	1.513,3	1.542,2	1.547,6	1.462,6	1.446,9	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5
NTN-P	3.117,7	3.135,2	3.198,0	3.216,4	3.238,2	3.260,2	3.282,0	3.305,8	3.327,0	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0
CFT-A	9.968,9	9.503,1	9.395,4	9.037,5	8.952,8	8.922,3	8.882,1	8.831,9	8.781,6	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5
CFT-D	2.006,5	1.926,2	1.952,4	1.870,5	2.052,0	1.923,0	1.926,2	1.885,7	1.909,3	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2
Demais	3.980,7	4.015,8	4.014,5	3.960,4	4.007,7	4.154,2	4.174,0	4.180,9	4.189,4	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0
II. Dívida com BACEN	294.393,4	297.038,7	300.915,9	287.900,4	268.214,3	296.034,6	287.179,6	282.330,1	294.805,4	293.076,7	292.958,6	297.790,0	299.890,3
LTN	133.989,0	141.197,9	143.194,1	137.320,6	144.417,3	162.171,7	149.555,6	153.996,4	163.172,8	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6
LFT	121.226,2	121.408,9	122.668,1	117.160,9	89.866,1	93.900,8	97.003,5	89.470,4	84.887,0	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1
NTN-D	23.683,3	19.034,4	19.512,2	18.958,9	19.404,6	18.023,2	18.088,2	17.765,2	17.841,1	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3
Demais	15.494,9	15.397,5	15.541,5	14.460,1	14.526,3	21.938,9	22.532,2	21.098,1	28.904,5	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4
Dívida em Mercado/PIB	50,4%	51,4%	51,5%	50,5%	50,0%	50,6%	50,1%	50,9%	51,7%	51,6%	52,4%	52,7%	52,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jan/2006	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2007
I. INTERNA	-167.282,0	-167.148,9	-167.365,5	-170.489,3	-171.722,1	-175.305,5	-177.315,1	-178.170,4	-179.203,2	-181.014,8	-183.329,4	-184.302,3	-187.785,7
Dívida contratual	305,7	232,5	234,8	217,8	239,7	236,9	226,5	222,6	224,7	213,4	215,7	212,9	211,6
FAT	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8
Aplicações financeiras	-4.122,6	-4.164,8	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4
Fundos Regionais	-28.743,2	-29.246,8	-29.633,7	-29.944,1	-30.401,3	-30.990,6	-31.469,5	-31.807,1	-32.143,2	-32.523,8	-32.898,0	-33.345,9	-33.759,3
Demais	-14.382,7	-14.384,6	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8
II. EXTERNA	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3
Disponibilidades	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-167.604,9	-167.492,8	-167.673,5	-170.809,2	-172.091,9	-175.618,1	-177.643,5	-178.470,9	-179.500,3	-181.353,5	-183.677,1	-184.548,7	-188.065,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,8%	-9,0%						

(-) Haver (+) Obrigação
Obs.: Dados sujeitos a alteração